

BJIR

Brazilian Journal of
International Relations

ISSN: 2237-7743 | Edição Quadrimestral | volume 11 | edição nº 1 | 2022

**SWAPS CAMBIAIS CHINESES: ACORDOS MONETÁRIOS
EM RENMINBI NO CONTEXTO DA BELT AND ROAD
INITIATIVE**

Bruno Haeming

 **Igepri**
Instituto de Gestão Pública e
Relações Internacionais

unesp 
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

*A Brazilian Journal of International Relations (BJIR) está indexada no International Political Science Abstracts (IPSA),
EBSCO Publishing e Latindex*

**SWAPS CAMBIAIS CHINESES: ACORDOS MONETÁRIOS EM RENMINBI
NO CONTEXTO DA *BELT AND ROAD INITIATIVE*
CHINESE FOREX SWAPS: RENMINBI CURRENCY AGREEMENTS IN
THE CONTEXT OF THE BELT AND ROAD INITIATIVE**

*Bruno Haeming*¹

Resumo: O presente trabalho aborda os acordos de swap feitos pela China, através do seu Banco Central, People's Bank of China (PBOC), com os países integrantes da *Belt and Road Initiative* (BRI). O objetivo é identificar se os acordos em questão contemplam elementos característicos da Cooperação Sul – Sul (CSS). A China tem um projeto de expansão global, a BRI, calcado nas práticas e valores da CSS, que traí países a esse projeto. Nesse contexto, a internacionalização da moeda chinesa cumpre a necessidade da China de lidar com os desafios do pós crise de 2008, bem como com sua intenção de aumentar as relações com outros países a partir da sua moeda. O trabalho foi feito no intuito de saber se a cooperação monetária via swaps podia ser relaciona a CSS. Fez-se um estudo de caso, tentando identificar a factibilidade de associar operações cambiais com valores da CSS. Muito embora não tenha sido possível acesso detalhado aos acordos, foi possível identificar que a China trava relações e fecha acordo de swap com diversos países no contexto da BRI que tem aderência aos valores da CSS, como da soberania, não intervenção e ganhos mútuos.

Palavras-Chave: *Belt and Road Initiative*; Cooperação Sul – Sul; Swap Cambial.

Abstract: This paper aims to discuss the Chinese Central Bank, the People's Bank of China (PBOC), forex swap agreements in the *Belt and Road Initiative* (BRI) context by identifying their interconnection with to South-South Cooperation SSC tenants and values. China has a project for global economic and geopolitical expansion, the BRI, which is based on SSC principles. In this context of BRI, the Chinese currency internationalization were driven by a necessity for China to deal with 2008 financial crises aftermath and to increase its own currency usage with another countries. This article dealt with the issues above, discussing whether monetary cooperation through forex swaps agreements would relate with SCC. A plausibility probe case study was conducted to identify the existence of SCC principles in the swap agreement policy choices. Even though was not possible to access the actual agreements and its detailed content, it was possible to identify that chineses relations and agreements in BRI context has SSC values such as the preservation of sovereignty, non-intervention and mutual gains.

Keywords: *Belt and Road Initiative*; South-South Cooperation; Forex Swap Agreement

¹ PUC – Minas bhaeming@gmail.com

1. Introdução

O uso internacional do Renminbi, o RMB, relacionando a orientação chinesa de investir “para fora” através da *Belt and Road Initiative* (BRI) e os acordos de swap celebrados para promoção do uso do RMB, são um tema pouco explorado na literatura de Economia Política Internacional. O motivo disso é a falta de dados mais claro relacionados a China, assim como a pouca importância que o tema da moeda parece despertar nos pesquisadores. Atualmente, a China investe cada vez mais para além de suas fronteiras, faz isso sob suas preocupações estratégicas e econômicas, como é o caso da Cooperação Sul-Sul, entretanto utiliza outra moeda: o dólar estadunidense.

O dólar é uma moeda que está fora do controle chinês, e por isso a economia chinesa acaba sendo uma tomadora passiva dos efeitos da política monetária estadunidense. Uma forma de diminuir relativamente esse impasse - necessidade de investimento no exterior e falta de controle da moeda em que esse investimento é feito² - é o incentivo ao uso da sua própria moeda, ou em outras palavras, é internacionalização da moeda chinesa. O entrave para a internacionalização reside no fato de que, além dos EUA controlarem os fluxos financeiros e a moeda central do Sistema Monetário Internacional (SMI), os países de moeda periférica que se enquadram em políticas de abertura das contas de capitais e se acoplam a lógica das finanças, ficam restringidos na sua capacidade formular políticas econômicas, e suscetíveis às políticas econômicas do banco central americano, *Federal Reserve*³ (GUTTMANN, 2016; TORRES FILHO, 2019).

Além disso, a China baseia sua expansão internacional sob uma perspectiva de Cooperação Sul – Sul (CSS), e nessa abordagem estão presentes princípios como, i) ganhos mútuos, ii) respeito à soberania dos países, e iii) não-intervenção. Além das quantias emprestadas, os países “embarcam” na proposta chinesa por significar uma oportunidade para diversos países realizarem investimentos, ativarem sua economia sem ficarem presos a condicionalidades, como as praticadas por instituições multilaterais derivadas do grupo da Organização das Nações Unidas (ONU), como Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial (BABB, 2005). As relações monetárias são, de certa forma, mecanismos de ajuste por si, para além de contratos de empréstimos, há o extravasamento de efeitos de políticas monetárias de um país sob outros. Logo, quanto mais utilizada uma moeda, maiores são esses efeitos (COHEN, 2006). Com esse fato em mente, espera-se que a moeda utilizada nessas transações tenha aderência ao arcabouço ideológico chinês, que seja, não realizar ajustes sistemáticos que minem ou transfiram fardos para quem carrega a moeda da China. Dessa forma, os objetivos da

² Não são excluídas as formas de investimento feitas em RMB. Porém, vale destacar que a liquidez do Yuan chinês é baixa, e invariavelmente o câmbio pelo dólar precisará ser feito, seja por parte dos chineses, seja por partes dos tomadores e recebedores de investimentos.

³ FED

CSS seriam mais bem atendidos sob uma moeda fora da lógica financeirizada, já que as políticas econômicas e monetárias que privilegiam os movimentos financeiros, trazem ajustes, custos sociais e baixo crescimento para os países (KRISHNER, 2003). A China não possui a sua conta de capitais aberta, em outras palavras, os fluxos financeiros por lá são amplamente controlados pelo partido Comunista Chinês (PPCh) (PRASAD, 2016), e o interesse do partido é atingir objetivos ligados ao desenvolvimento econômico de longo prazo, parcerias estratégicas com diversos países com investimento de larga escala (VADELL, BURGER, SECCHES, 2022). Nesse sentido, pretende-se entender mais os acordos de swap que o Banco Central Chinês fez e faz desde 2008 até 2018.

A pergunta do trabalho é: De qual maneira os acordos de *swap* China feitos pelo Banco Central chinês (PBOC)⁴ no processo de internacionalização da sua moeda chinesa, são compatíveis com as características da Cooperação Sul – Sul?

Em função da pouca literatura que relaciona os acordos de swap chinês à Cooperação Sul – Sul, esse estudo tem um aspecto exploratório, já que os acordos de swaps feitos pelo PBOC não são divulgados na sua integralidade. Isso cria algumas dificuldades para a aplicação de alguns métodos de pesquisa, entretanto a opção é estudar o caso dos acordos de swap pela metodologia de Estudo de Caso. O tipo de estudo de caso não pode ser pensado apenas pela abordagem “Gerador de Hipóteses”, já que os marcos teóricos não são claros, primeiro (e esse é o objetivo do presente trabalho), tentar-se-á a Identificação de Plausibilidade (*Plausibility Probe*) entre as políticas de swaps dentro do contexto da BRI e as características da Cooperação Sul-Sul. Essa abordagem pode ajudar abrir caminhos para outras pesquisas, em que o investimento de tempo e recursos se justificará, e a geração de hipóteses ficará viabilizada (GERRING, 2004; LEVY, 2008).

O artigo é composto de introdução, parte 2), que abordará a BRI como um projeto político chinês, guiado por uma lógica particular de investimentos, sendo essa aderente ao escopo ideacional da Cooperação Sul-Sul, a parte 3) discutirá o mecanismo de swap para expansão do uso do Renminbi no contexto da BRI, e a parte 4) se dedicará a discussão temática e às considerações finais.

2. A “Belt and Road Initiative ”: a “maneira chinesa” de investimento ao redor do mundo

A Belt and Road Initiative (BRI) é relevante na medida em que ela é global, porém não se insere em regiões restritas do globo como Europa, Ásia e Pacífico, mas também alcançando outras “não convencionais” como a África e América Latina. Através de investimentos em infraestrutura e em setores de ponta do capitalismo, a China pretende adensar suas relações político-econômicas em

⁴ People’s Bank of China

diversas regiões do globo, criando uma rede comercial profícua e que lhe coloque como o centro gravitacional decisório e de influência dos investimentos internacionais no capitalismo.

2.1 A BRI e a presença internacional da China: crise de 2008 e padrão de acumulação capitalista

A BRI é uma iniciativa de investimento de larga escala à nível global, que parte da China inspirada na antiga Rota da Seda, porém com um alcance muito maior. A partir da Figura 1. é possível perceber que o objetivo chinês é adensar seus laços no mundo como um todo, com investimentos de grande monta e majoração do comércio em países e regiões que são pouco explorados. Como observa (LI 2018a; 2018b), a BRI é uma fase do capital chinês, à procura de investimento e valorização em outros cantos do planeta. Isso resulta em um aumento consistente do Investimento Externo Direto (IED) chinês no mundo. Em Wang e Zhao (2017), mostra-se que há um papel crescente da China no pós-crise de 2008, tanto recebendo IEDs do restante do mundo, quanto aumentando sua participação relativa no IED mundial.

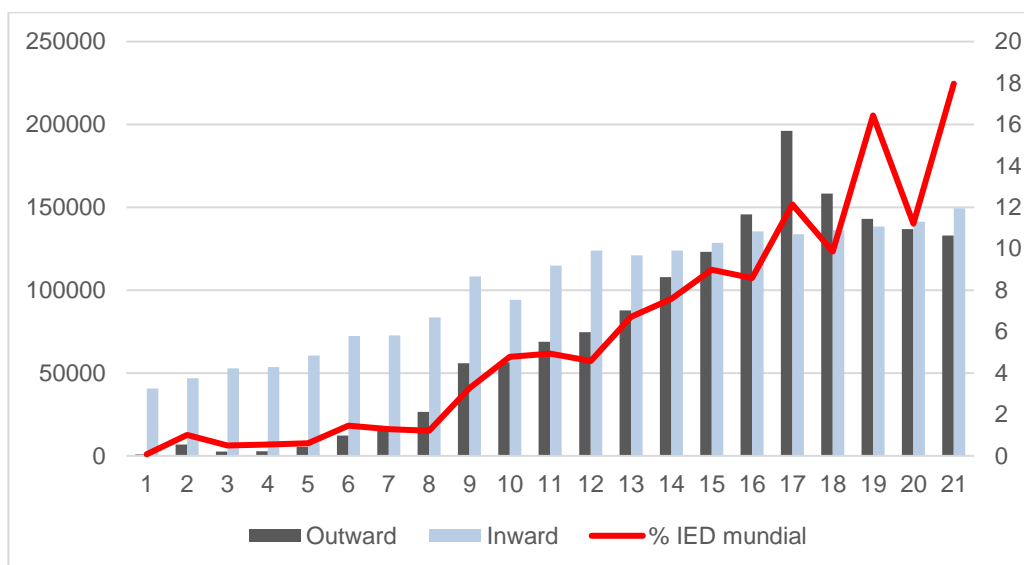
O Gráfico 1. elucida a crescente participação chinesa nos fluxos de IED mundiais. Tanto a quantidade de investimentos de outros países do mundo na China, quanto os investimentos da China no exterior cresceram. Os dados indicam a crescente importância da China na economia mundial, recebendo e realizando investimento alhures, mas além disso, também há uma mudança política em relação a forma como o investimento capitalista se transformou nos últimos anos. Para esse fenômeno, há explicações de diversas origens, aqui olharemos a discussão acerca da BRI e da CSS pelo recorte dos acordos monetários.

Figura 1. Mapa da BRI



Fonte: Cai (2018).

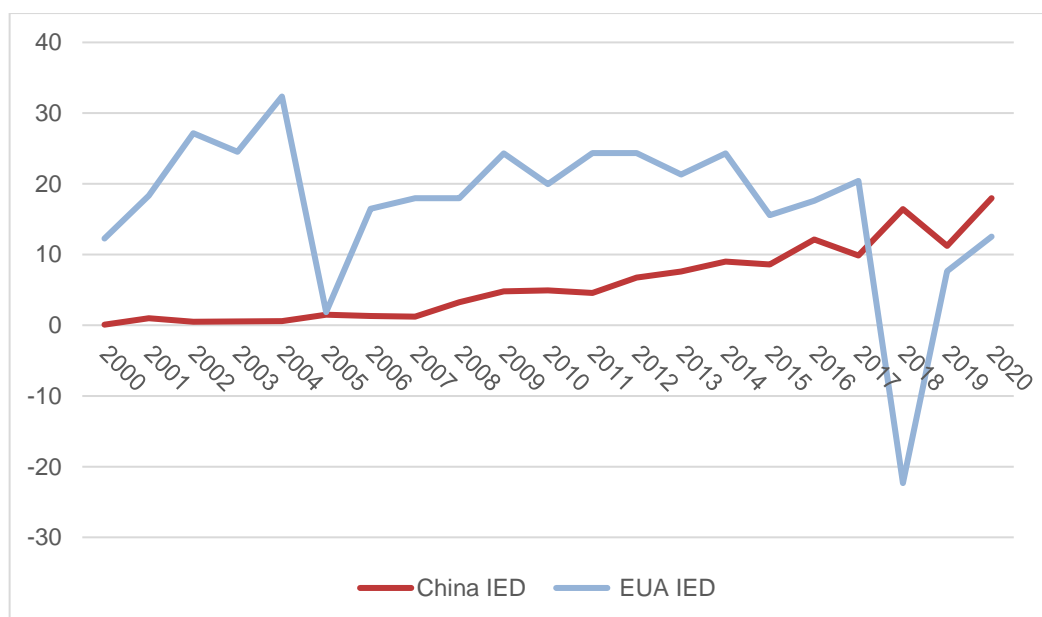
Gráfico 1. Participação Chinesa nos Fluxos de IED mundial (em %).



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados extraídos de UNCTAD.

No Gráfico 2, porém, percebe-se que a China ocupa um espaço político econômico que era dos EUA, a partir do que é conhecido como globalização. A participação nos fluxos internacionais dos EUA vem diminuindo quando se trata de aportar dinheiro para fora das suas fronteiras. É verdade que todo o processo chamado de neoliberalismo foi exatamente o envio de partes da produção das suas grandes empresas para outras partes do globo (TAVARES, BELLUZZO, 2004), entretanto em termos de fluxo se percebe arrefecimento de tal tendência.

Gráfico 2. Participação da China e Estados Unidos da América nos Fluxos de IED mundial (em %).



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados extraídos de UNCTAD.

O fenômeno da globalização significa o aprofundamento das relações de mercado, produção, mão de obra e tecnológicas em interconexão pelo mundo, além disso provocando uma maior equidade e justiça nas relações entre países, seja em função da alocação mais eficientes de recursos que a amplificação do mercado traria, ou seja pelo refinamento de ferramentas para a cooperação em assuntos como governanças e regulação através do uso democratizado da tecnologia mundo (KEOHANE, NYE, 2011; SLAUGHTER, 2004). A China participou desse movimento, foi elemento central na estruturação da estratégia de expansão das companhias transnacionais dos países desenvolvidos, especialmente dos EUA. Todavia seu papel era mais de receptor de investimentos, do que de promotora de investimentos nos moldes da globalização.

Desde os anos 1980, China e EUA são “parceiros” no processo de globalização, pois o incentivo às reformas liberais e a expansão do mercado financeiro norte-americano após o fim dos acordos de Bretton-Woods em 1971, levou ao crescimento da China e a transformação dos EUA no maior captador de poupança externa do mundo. Isso ocorreu na medida em que os EUA transformaram suas cadeias produtivas, desmembrando-as em direção aos países asiáticos. As empresas dos países desenvolvidos, agora atuando globalmente, buscavam maiores lucros com os baixos custos de produção asiáticos. O objetivo dessas empresas era um melhor desempenho das suas ações nos mercados financeiros, já que foram incentivadas em grande medida a transformarem suas estruturas corporativas e abrirem seus capitais nas bolsas de valores (BELLUZO e TAVARES, 2004). O período em questão foi de concentração de poder, reafirmação da hegemonia dos EUA e do domínio, por parte dos EUA, do direcionamento da acumulação capitalista com uma mudança do padrão de acumulação: agora se estava na era financeirizada do capitalismo. Sua moeda, o dólar, garantiu seu espaço como a incontestável moeda de referência internacional, e a política monetária do FED, além de garantir a rentabilidade de fundos financeiros e oligopólios bancários⁵, espalhou seus efeitos para o restante do mundo (BELLUZO e TAVARES, 2004; BRAGA e CINTRA, 2004; CHESNAIS, 2005). Se as taxas básicas de juros da economia americana mudam, o restante do mundo sofre os efeitos disso, da mesma forma, se há inflação por lá, também outros países sentem. O após crise de 2008 mostrou isso. Além de pressionar por aumento de juros em países periféricos, as políticas do FED mostraram o poder dos EUA em coordenarem a saída mundial da crise, provocando oscilações nos fluxos financeiros dos países periféricos, o que provocou pressão cambial e deterioração da balança de pagamentos (MCDOWELL, 2012; SCHWARTZ, 2015).

A China, por sua vez, experimentou transformações significativas no recorte temporal que vai do início da globalização até a crise de 2008. Mesmo inserida em um mundo financeirizado, não adotou esse caminho, foi pelo lado do crescimento econômico estruturado na mudança da sua estrutura

⁵ Serrano (2002) discute os rumos macroeconômicos do mundo, fazendo a leitura de que o dólar fiat, ou dólar-flexível e sem lastro, traria de uma vez por todos os controles da política monetária mundial para os EUA.

produtiva. O resultado foi uma alteração na sua composição social, de renda, e de investimento na China. O aumento de produtividade e de renda, trouxe também a necessidade de investir para fora de suas fronteiras, o mercado consumidor interno não pôde ser expandido em um curto espaço de tempo sem fragilizar a capacidade chinesa de atração de capitais e de produtividade⁶ (CINTRA, PINTO, 2017). Wang e Chen (2018) mostram que a China avança no setor que atualmente possui a maior importância no capitalismo, o tecnológico, e que envolve robótica avançada e inteligência artificial, da mesma forma que o país também busca se posicionar em lugares mais privilegiados das Cadeias Globais de Valores (CGV), disputando liderança e mercados com os países desenvolvidos (MORAES, 2015). Mesmo com investimentos em setores de “fronteira” do capitalismo, e com uma melhoria em seu posicionamento nas CGV alcançando setores mais nobres, o Gráfico 1. elucida haver um movimento duplo dentro da China: apesar dos investimentos para fora terem aumentado, ainda há muito influxo de IED de outros países para dentro da *mainland*. Em suma, a BRI foi criada e faz parte de um período de transformação da China, e mudanças sistêmicas que demandam uma abordagem condizente com sua realidade objetiva. Não há um claro consenso em relação aos efeitos que a inserção internacional da China terá sobre as relações interestatais, tampouco se essa inserção será positiva ou negativa para as potências envolvidas, leia-se China e EUA. As discussões por vezes obscurecem a realidade aparentemente contraditória de melhoria das condições materiais internas e a necessidade de investimento internacional, ou mesmo não consideram os interesses chineses e sua realidade política. Em conclusão, mudanças na China provocam mudanças na relação desse país com os EUA, como consequência também as relações interestatais como um todo: portanto, é importante elencar algumas delas.

2.2 Abordagens sobre a inserção internacional chinesa no âmbito da BRI

A perspectiva liberal diz que há interdependência da China com o restante do mundo e, acima de tudo, existe uma grande possibilidade da permanência dela na Ordem Mundial liderada pelos EUA. A China estaria dentro de uma ordem estabelecida, e tanto recepcionar capitais vindos mundo inteiro, quanto investir mundo a fora mostra seu comprometimento com a ordem, e não uma ruptura através de uma disputa com outras economias (IKENBERRY, 2008). Logo, a China dependeria de suas escolhas e da sua integração com o restante do globo no sentido de permanecer na trajetória de

⁶ A China possui uma grande capacidade de atração de capitais, e através de uma governança diferenciada, com participação do Estado e uma busca por desenvolvimento de um capitalismo com características chinesas, foi possível atingir um patamar de desenvolvimento material elevado. Porém, a despeito dos esforços da China para se inserir em níveis mais “nobres” das cadeias globais de valores, há a necessidade de procurar novos mercados consumidor, uma vez que depender de um dinamismo do mercado consumidor interno colocaria pressão sobre as bases fundantes da acumulação chinesa (mão de obra barata). Esse tipo de mudança precisa acontecer de maneira gradual, mas dialeticamente a China precisa continuar seu processo de acumulação, e investir mundo a fora, aumento seu mercado consumidor é uma boa saída.

adensamento à Ordem Mundial estabelecida. Se ela entender seu papel (relevante), e se comprometer com as bases da Ordem Liberal que lhe trouxe bons resultados, evitar-se-á competição entre grandes potências, uma possível guerra e mais um ciclo de prosperidade ocorrerá (LAKE, 2018; ALISSON, 2017).

Xuetong (2018) expõe uma crítica à essa visão, definindo como marco os efeitos da crise de 2008, em que a lógica atrelada a Ordem Mundial de recorte liberal vigente, provocou efeitos deletérios para a economia mundial. Nesse contexto, as respostas dadas pelos EUA não foram satisfatórias, no limite fracassando, uma vez que se limitaram a reestruturar os canais financeiros do mundo (MCDOWELL, 2012), deixando a reativação econômica como efeito secundário da política monetária do FED. Por outro lado, resposta chinesa à crise foi expansão econômica, construindo novas formas de investimento em meio a escassez derivada do desaceleramento da economia mundial. Além disso, a China se distanciou das práticas de relacionamento hierárquico defendidas pelos estadunidenses. A forma de relacionamento da China, de outra forma, teria características como justiça, equidade e civilidade, dentro e fora do seu território. Isso lhe daria credibilidade para estabilizar o sistema, transformando-a em uma alternativa palpável pelas suas virtudes morais, e viável por ser realista e defender seus interesses (XUETONG, 2018).

Mas como se constrói essa base para uma atuação apartada da Ordem Mundial de recorte liberal? O que de fato faz com que sejam diferentes os investimentos chineses no mundo, em comparação aos estadunidenses?

Um dos fatores explicativos reside na compreensão da constituição social dentro do território chinês. Em comparação as sociedades capitalistas ocidentais, há inovações socioculturais na China, traduzidas no conceito “enraizamento”⁷ (*embeddedness*) (LI, 2016). O conceito de *embeddedness*, derivado de Karl Polanyi (1944), defende a tese de que em qualquer sociedade as relações sociais não são puramente econômicas, logo a análise das sociedades deve levar isso em conta. Todavia, o mercado no capitalismo rompe essas instituições sociais, e as coloca sob a lógica capitalista. Com isso, ocorre o que se chama de *desimbeddedness* (desenraizamento), pois as relações passam a ser mediadas pela instituição mercado e pelo dinheiro, o que degrada e corrói a coesão social como um todo. Em uma sociedade capitalista, o movimento social “natural” é de transformar toda e qualquer relação significativa em uma forma de troca monetária, tirando o caráter pessoal e social, impessoalizando as relações sociais e as colocando um preço e uma métrica: a eficiência. Uma relação é tão boa quanto melhor o retorno econômico dela. Tanto melhor é o retorno econômico quanto mais bem alocados os

⁷ Li (2016) utiliza o conceito de *Embeddedness*, derivado de Karl Polanyi (1944). De forma resumida, o mercado no capitalismo rompe instituições sociais, as faz serem mediadas pela instituição mercado e pelo dinheiro, o que degrada e corroi a coesão social como um todo.

recursos, sendo as relações sociais como um todo orientadas pela alocação ótima dos recursos escassos, pela impessoalidade e racionalidade dos mercados e do dinheiro.

Na contramão disso, a China mantém os alicerces que constituem sua a civilização coesa, já que não se inseriu no capitalismo pelo processo de desenraizamento (LI, 2016). Mesmo umbilicalmente conectada aos movimentos do capitalismo contemporâneo, a China não é partícipe das políticas liberais e financeirizadas e esse fato ajudou na preservação de estruturas socioeconômicas existente por lá. Ao manter sua sociedade sem as pressões neoliberais, a China agiu ativamente para que as relações que se dão na base da confiança entre os diversos *Guanxis*⁸ continuassem existindo como um traço importante da sua dinâmica socioeconômica. Dessa forma, preservar e reconhecer que os *guanxis* são fundamentais para uma sociedade coesa é coerente com o fato de que a China também incentiva relações baseadas em confiança mútua para fora dos seus territórios. Mas o que é o *guanxi*?

Os *guanxis* são uma forma de relacionamento *sui generis*, não se baseiam na impessoalidade dos mercados, mas na conexão de membros de diversos setores da sociedade entre si, que ao confiarem uns nos outros, são capazes de estabelecerem uma sociabilidade cooperativa, em que o individualismo assentado na propriedade privada e na celebração de contratos ganha outra dimensão, pois perde importância relativa dentro daquele contexto social. Nessa sociabilidade a confiança mútua inclui ou exclui os seus partícipes, gerando fortes laços dentro e entre as redes, algo que não exclui um arcabouço jurídico, mas que se configura objetivamente como um limitador de comportamentos desviantes do esperado por mecanismos construídos nas próprias interações sociais. Esse fato abre espaço para afinidades e subjetividades que vão além da frieza dos mecanismos de mercado tradicionais (MCNALLY, 2012).

A caracterização da sociedade chinesa nesses termos, nos dá subsídios para que compreendamos algumas armadilhas que países periféricos enfrentaram ao adentrarem na Ordem Mundial de recorte liberal. O grande intérprete do Brasil, Furtado (2008), explica que a situação de países periféricos que se lançam na “jornada” para o desenvolvimento é atravessada por elementos que lhes tiram a capacidade de organização social, de produção de conhecimento e tecnologias. Ao fim e ao cabo, a capacidade de constituir uma economia capitalista de forma endógena e capaz de estar presente nos processos produtivos mais evoluídos, seria tolhida – dialeticamente – pelo próprio processo de integração dessa economia ao capitalismo. Isso aconteceria, pois, a incorporação de uma

⁸ Os *guanxis* são exemplo, há outros elementos culturais, outras facetas sociais também preservadas. McNally (2012) trata dos *Guanxis* para ressaltar como as relações sociais chinesas são diferenciadas das ocidentais. São os *Guanxis* redes de afinidade e proximidade, estabelecidas em bases étnicas, mas muito além disso, refletindo confiança e cooperação. Diferentemente das percepções que separação claramente sociedade civil em instituições e seus partícipes, a China possui estrutura políticas, porém as suas instituições são moldadas por essas redes de afinidades, e não apenas por contratos estabelecidos.

sociedade de consumo, com valores capitalistas ocidentalizados se transformaria no motivo pelo qual seu desenvolvimento seria abortado, já que rápida incorporação de padrões de consumo e de reprodução da vida humana, se daria em um nível similar ao do centro capitalista. Dessa forma, essa sociedade permeada por desigualdades produtivas e sociais, teria conflitos distributivos e restrições de renda de uma orientação do consumo de parte da sociedade para bens de consumo conspícuo⁹. A produção interna desses produtos, pelo próprio atraso da periferia, se encontraria fora do país, conseqüentemente formando elites econômicas e sociais que teriam suas necessidades de satisfação voltadas para fora, gerando também um “desvio” de parte da renda nacional para consumo de produtos vindo do exterior em detrimento de inovações produtivas e reinvestimentos necessários a reprodução do capital existente nessa sociedade (FURTADO, 2008). O nome desse processo é a mercantilização da vida social. Os padrões de consumo são, portanto, mundiais (homogêneos) e inerentes ao curso da história do capitalismo, porém a capacidade produtiva e competitiva dos diversos Estados é diferente e atravessada por hierarquias internacionais.

Li (2016) diz que a partir do momento em que houve a abertura econômica na China, a sociedade se complexificou. Ao contrário da dinâmica de introjeção e desestruturação das economias (e das sociedades) que Celso Furtado (2008) aponta, a China buscou lidar com a nova realidade evitando efeitos de desenraizamento dos elementos de coesão da sua sociedade. Diferentemente de outros exemplos de inserção periférica no capitalismo, a China possui um “Estado civilização”, com dinâmicas e valores sociais bastante mais enraizados do que outros Estados. O resultado foi adaptação do capitalismo à uma sociedade já existente.

A China, através de um planejamento estatal contínuo, conseguiu manter valores e práticas milenares, adaptando-os e os renovando constantemente às demandas da dinâmica capitalista. A produção social e empresarial tem íntima relação com o Estado e o PCCh, e há um projeto de nação que se relaciona com os interesses nacionais. O Estado faz o papel de manter a formação econômico-social da China coesa através do planejamento estatal, logo o modo de produção capitalista e seu efeito desenraizador não dominam a dinâmica produtiva ou social, sendo o resultado dessas complexidades uma outra formação social (JABBOUR, 2020)¹⁰. Não há uma típica relação capitalista na sociedade chinesa, e por isso se entende existir outra maneira de investimentos da China para o mundo.

A China possuiu uma estratégia de investimentos iniciada após 2001, chamada de *Going Out*, e por muitos anos conviveu (e de certa forma convive) com superávits primários, recepcionando IED

⁹ Categoria retirada do economista Thorstein Veblen (1899).

¹⁰ Aqui vale ressaltar que, a hipótese da Jabbour (2020), diz respeito a uma formação econômico social não capitalista, chamada de socialismo de mercado. Para os objetivos deste artigo, concorda-se que existe uma formação socioeconômica diferente, já que há a manutenção de certas instituições que restringem o caráter desenraizador típico do capitalismo.

do mundo inteiro. Após 2008, outras necessidades surgiram dentro da dinâmica econômica chinesa, e um fato é que existe a necessidade de reinvestir e expandir o seu capital, dando outra dinâmica ao seu desenvolvimento. A ideia é avançar para além das suas fronteiras, abrindo novas oportunidades para as empresas chinesas alhures (WANG E ZHAO, 2017). Mas o que diferencia o *Going Out* da BRI? A BRI, diferentemente da estratégia *Going Out*, estimula investimento seletivos e de longo prazo, e seus principais pontos são; i) a adoção do investimento externo como política externa da China. O presidente Xi Jinping, tornou pública em 2013 a ambição da China de criar rotas terrestres e marítimas interligadas ao redor do globo (NDRC,2015) sinalizando uma mudança de rota clara em relação ao que foi feito de 2001¹¹ até então; ii) aumento de escala, em relação ao *Going Out*, cobrindo 65% do globo terrestre, alcançando 1/3 do PIB mundial (LI, 2018a); iii) maior impacto geopolítico e econômico, uma vez que a iniciativa BRI estará presente em diversas regiões do globo, com investimento produtivo e de comprometimento de grande duração.

Logo, o aprofundamento da inserção chinesa no capitalismo não ocorreu apenas com a BRI em 2013, ela vem de uma estratégia de longo prazo. Entretanto, a discussão central desta seção está na forma como isso ocorreu, e como a BRI é um aprimoramento da *Going Out*, não apenas por ser maior em escala e escopo, mas porque leva uma série de características chinesas em conta. Como arguido até aqui, importa-nos compreender que a sociedade chinesa é complexa, recepcionou o capitalismo de uma maneira inovadora, transformando-o em algo diferente das sociedades capitalistas. Não são as finanças, ou o dinheiro que determinam em última instância a dinâmica social chinesa, mas os objetivos estratégicos e o planejamento econômico orientado pelos interesses sociais próprios. Esses objetivos também são identificados na forma como a China investe no mundo (JABBOUR, DANTAS, VADELL, 2022). Isso nos leva a nos questionarmos como estaria situada a BRI, uma vez que para ser coerente com sua estrutura política e econômica, seus investimentos também deveriam se diferenciar dos que são feitos na lógica da Ordem Mundial de recorte liberal. Uma hipótese é que a BRI tenha aderência aos valores da Cooperação Sul-Sul.

Na próxima seção, buscar-se-á explorar as conexões entre a BRI com as características CSS, para entender se é possível identificar se tais elos se fazem presentes na forma como a China investe internacionalmente. Mais adiante, tentar-se-á descobrir se os acordos monetários de swaps cambiais com os países integrantes da BRI também fazem parte do escopo da estratégia de investimentos da BRI.

¹¹ Entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC). Como mostra o Gráfico 1. Fica clara a mudança de interconexão internacional da China com o mundo à partir do evento entrada chinesa na OMC.

2.3 Elementos da Cooperação Sul – Sul e a iniciativa BRI como alternativa

A cooperação internacional foi, e continua sendo, um instrumento para a promoção de políticas econômicas e incentivos a certos comportamentos dos países assistidos. Delgado (2017) reconstitui a história da ajuda externa e da cooperação destacando que em seus primórdios foram ligados a reconstrução da Europa, com aportes financeiros do Comitê de Ajuda para o Desenvolvimento (CAD) – esse mais tarde encampado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) – e, portanto, carregando valores e um discurso hierarquizado do desenvolvimento. Os países desenvolvidos teriam a solução para as mazelas do atraso econômico dos países subdesenvolvidos, e através das instituições derivadas de Bretton Woods ¹² a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) iria construir as diretrizes para as ações de cooperação e ajuda externa no pós-guerra (DELGADO, 2017). Essas diretrizes seriam derivadas de valores como solidariedade, humanitarismo e a busca pelo desenvolvimento. As relações de mercado incutidas nos países subdesenvolvidos seriam a forma pela qual se atingiria o desenvolvimento. O desenvolvimento entendido como “uma ideologia para legitimar a dominação; uma metanarrativa que se pretendeu construir a compreensão da modernidade como projeto global” (LO BRUTTO, 2017, p. 57-58).

Conseqüentemente, os regimes de cooperação nas mais variadas áreas, mas em especial no desenvolvimento econômico, são baseados em um discurso de racionalidade e na cientificidade. Isso se deve ao fato de as teorizações sobre desenvolvimento serem dominadas pelo pensamento econômico, com proposições de discursos generalistas, de regularidades, parâmetros e “leis” universalizantes. A busca por um aprimoramento técnico das questões sobre o desenvolvimento, política econômica e públicas torna as relações sociais esvaziadas, atribuindo maior protagonismo em ações relacionadas ao desenvolvimento (BROHMANN, 1995). Essa concepção se inicia no pós-guerra com uma visão (a partir do discurso do presidente americano Harry S. Truman em 1949) de desenvolvimento econômico para se atingir a civilização, e avança nos anos 1970 com o neoliberalismo com o aprofundamento da perspectiva focalizada no mercado.

A virada neoliberal transformou a cooperação e as transferências internacionais para desenvolvimento. Há a partir de então um perfil mais técnico do que o inicial, e se fragmenta a cooperação para o desenvolvimento em diversas agendas como o combate à fome, questões ecológicas, saneamento básico entre outras (LO BRUTTO, 2017). Por outro lado, o modelo neoliberal mostrou fraturas, não entregando a promessa de desenvolvimento em um mundo globalizado, e ao contrário disso, sucessivas crises ocorreram ao longo dos anos 1990 no início dos 2000, ao ponto em que a crise de 2008 fez outra forma de cooperação ganhar força: Cooperação Sul – Sul (CSS). A crise de 2008 se

¹² Aqui estão inclusas Grupo Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, e OCDE.

espalhou pelo globo, porém com ela houve mudanças em relação aos regimes de cooperação. Anteriormente a crise, a CSS perdeu o fôlego dos anos 2000, mas após isso a sua relevância teve oxigenação em função da BRI (TAIDONG e HAIBING, 2018).

A CSS se origina a partir de uma crítica a forma tradicional de se fazer a cooperação e a ajuda internacional, que se convencionou a se chamar de Norte – Sul. A relação Norte-Sul foi uma forma de estabelecer relações hierárquicas entre países centrais e desenvolvidos com a periferia. Uma narrativa de cima para baixo, oferecendo caminhos já prontos, modulados para o desenvolvimento, que carrega valores e discursos de hierarquização entre os detentores do saber (desenvolvidos), e dos que não sabem (países pobres e em desenvolvimento)¹³. No neoliberalismo, a relação Norte – Sul se tornou mais assimétrica, pois a ajuda externa e os regimes de cooperação associados às instituições derivadas de Bretton Woods adotaram condicionalidades para ceder ou emprestar recursos. As condicionalidades tiveram um papel fundamental para que países receptores de recursos se adequassem às mudanças de políticas públicas, à uma relação entre mercados e Estados baseada na orientação liberal, pregando ajustamentos econômicos, diminuição do papel do Estado entre outras formas de transformar as sociedades e mercantilizar as relações (BABB, 2005; DELGADO, 2017).

Os limites para o neoliberalismo “entregar o que prometeu”, provocaram o surgimento de alternativas ao esquema tradicional de cooperação e ajuda externa. O protagonismo da China foi fundamental para que isso ocorresse.

A cooperação Sul – Sul (CSS) tem por base uma série de valores diferentes dos defendidos pelas forças de mercado neoliberais. Morales (2019, p.183) demarca diferenças entre a Cooperação Norte – Sul (CNS) e Sul – Sul, desde origem, passando por valores e o papel dos atores de cada forma de cooperação;

Quadro 1. Elementos comparativos da Cooperação Norte – Sul e Sul – Sul

Elemento Comparativo	Cooperação Norte - Sul	Cooperação Sul - Sul
----------------------	------------------------	----------------------

¹³ Ou também subdesenvolvidos.

Natureza	Altruísmo e Assistencialismo	Benefícios e Desenvolvimento mútuos
Contexto Geopolítico	Guerra Fria	Processo de Descolonização (1930-1955)
Definição Geral	Ajuda Oficial para o Desenvolvimento	Cooperação para o desenvolvimento entre países em desenvolvimento
Participantes	Membros do CAD	Países em desenvolvimento e emergentes
Papéis	Doadores - Receptores AOD	O fortalecimento do Estado desenvolvimentista e a construção de capacidades produtivas deveriam ser inseridas nas estratégias de desenvolvimento dos países menos desenvolvidos
Propósitos	Crescimento econômico	O fortalecimento do Estado desenvolvimentista e a construção de capacidades produtivas deveriam ser inseridas nas estratégias de desenvolvimento dos países menos desenvolvidos
Condicionalidade	Cooperação com condicionalidades econômicas e políticas	Geralmente é uma relação sem condicionalidades <i>ex-ante</i>
Mecanismos de Cooperação	Fluxos econômicos para assistência e setores sociais	Intercâmbio financeiro-econômico e técnico
Marco Institucional	OCDE/CAD	Não há uma entidade global
Avaliação e Monitoramento	Os países doadores reportam ao CAD seus fluxos de ajuda	Não há mecanismos de monitoramento, mas há documentos setoriais, por região e que informam boas práticas de cooperação

Fonte: Morales (2019). Tradução nossa.

A diferenciação entre ambas as perspectivas de cooperação demarca contrastes de forma, conteúdo e de histórico entre elas. Em Gosovic (2016), argumenta-se que a China e os valores da CSS, tornam-se relevantes a partir do processo de percepção das relações desiguais da CNS, em especial em regiões como África e América Latina. A crescente presença chinesa nessas regiões, a “rigidez” normativa da CSN e a diferença discursiva entre essas formas de cooperação fizeram com que a CSS ganhasse força. A CSS defendida pela China possui origem no encontro de Bandung¹⁴, em 1955 onde foram lideranças de 29 Estados da Ásia e da África, com uma agenda voltada para o policentrismo internacional, rechaçando a ideia de bipolaridade, criticando a forma como a política internacional se

¹⁴ Bandung foi o encontro realizado na Indonésia entre líderes dos países africano e asiáticos.

estabeleceu, e querendo espaço para suas demandas, assim como criar formas de atingir o desenvolvimento, esse impossibilitado pelos canais de financiamento e cooperação tradicionais (MORALES, 2019).

A BRI é uma iniciativa, como já defendido na seção anterior, derivada de uma necessidade chinesa de expansão do seu capital. Além de ser coerente com suas estruturas socioeconômicas internas de preservação de instituições sociais, os elementos da CSS presentes na BRI dão uma outra dimensão a forma como a China trava relações com outros países. Logo, a BRI é uma oposição ao multilateralismo assentado na dinâmica de CNS¹⁵, porém se entende que iniciativa BRI visa um objetivo de expansão material associado à uma maneira de trazer outros países para seu raio de influência, formando uma ordem econômica, financeira que espelhe seus interesses. Essa influência visaria celebrar valores de cooperação horizontal, prosperidade comum baseados no desenvolvimento econômico, dando maior protagonismo à países e regiões antes esquecidas pela CNS.

Sabe-se que um dos pilares do poder dos EUA é sua moeda. Aqui já foi descrita a forma pela qual, através do FED, os estadunidenses exercem sua influência e reproduzem uma dinâmica de acumulação calcada nas finanças. Por isso, questiona-se em que medida a moeda chinesa tem um papel na BRI, mesmo que a superação do dólar esteja longe de um horizonte próximo (MCDOWELL, 2012; STOKES 2013). O fato é que, se a moeda estadunidense provoca efeitos deletérios para diversos países, e de certa forma responde a uma lógica de reprodução e acumulação do capital divergente com a chinesa, é factível pensar que a promoção do Renmimbi chinês seja um passo lógico: uma moeda que responda à dinâmica chinesa de expansão internacional, com valores associados à CSS.

A próxima seção discutirá a possibilidade de existência dos elementos aqui descritos como CSS, através de uma ferramenta para o aumento do uso da moeda chinesa internacional: os contratos de swap entre o Banco Central Chinês e Bancos Centrais de outros países.

3. Os acordos de swaps para uso do RMB dentro da BRI

Na seção anterior, discutiu-se a aderência entre as bases da CSS e atuação internacional chinesa via investimentos externos diretos. As premissas presentes no multilateralismo chamado da CNS não se apresentam nas práticas chinesas de investimento no exterior. Na Cooperação Sul-Sul as diferenças entre países são respeitadas, para que países em desenvolvimento e de renda média baixa consigam gerir projetos que visem o seu desenvolvimento econômico.

¹⁵ Li (2018) defende que essa forma de inserção internacional via BRI seria uma oposição a Ordem Internacional liderada pelos EUA e fundada no multilateralismo, mas sem que o objetivo final seja a oposição, mas sim a implementação de uma arquitetura institucional e econômica com valores chineses: apenas com esses valores e através da BRI se poderiam atingir o sonho chinês de uma ordem internacional mais próspera e voltada para o desenvolvimento.

A questão monetária se mostra relevante, já que a moeda é um pilar da hierarquia internacional vigente, em que o EUA é o seu líder. Logo, o objetivo é identificar se os acordos monetários da China no âmbito da BRI contêm elementos da CSS.

3.1 Os *swaps* como ferramenta para o aumento do uso internacional do RMB.

A China busca aumentar o uso da sua moeda desde a crise de 2008, porém o dólar continua a sendo a principal moeda internacional em todas as funções principais¹⁶ (MCDOWELL, 2012; STOKES, 2013; COHEN, 2015). Um exemplo do poder do dólar dos EUA foi a gestão pelo FED da crise financeira de 2008. O FED atuou com uma política monetária expansionista agressiva chamada *Quantitative Easing*¹⁷(QE), “inundando” o mundo com liquidez, coordenando 14 bancos centrais do mundo que, conjuntamente aos EUA, sustentaram a posição do dólar na liderança do Sistema Monetário Internacional (SMI). Isso atendeu as demandas pela moeda americana, facilitando a manutenção do seu uso para transações comerciais, nos fluxos de investimentos diretos e financeiros. Tanto agentes privados quanto Estados, continuaram a utilizar o dólar como uma forma de estocar riqueza (MCDOWELL, 2012; MEHRLING, 2015; COHEN, 2015). Dado o poder da moeda estadunidense, pressupõe-se que as iniciativas chinesas a partir de 2008 para aumentar o uso internacional da sua moeda, o RMB, são uma resposta as dificuldades colocadas frente à China pela crise.

Houve grande desaceleração da economia mundial, deterioração da balança de pagamentos chinesa, pressão cambial e a necessidade de contar com uma expansão da participação da regulada conta de capitais chinesa, logo necessitando abrir concessões sobre o uso internacional da moeda chinesa por agentes privados e Estatais¹⁸. A resposta unilateral dos EUA através do QE, provocou questionamentos em relação a “segurança” do dólar para a China, uma vez que a dependência do dólar e possíveis volatilidades dessa moeda, poderiam significar a fragilização da política chinesa. Muito dos seus conflitos distributivos na área produtiva dependem de uma para controlar preços-chave, como o câmbio e sua taxa de juros. Perder essa autonomia significa ser menos competitivo e investir menos a longo prazo, consequentemente colocando interesses estratégicos em risco (DIERCKX, 2015; CINTRA E PINTO, 2017; TORRES FILHO; POSE 2018)

¹⁶ Os usos principais são i) unidade de conta, ii) meio de troca e iii) reserva de valor. Isso se aplica para o uso de Estados e no âmbito privado.

¹⁷ Flexibilização monetária, expansão quantitativa.

¹⁸ A forma como isso se deu foi através de uma relativa flexibilização da conta de capitais para investidores querendo atuar no mercado financeiro chinês (DIERCKX, 2015); assim como uma maior expansão das parcerias comerciais denominadas em RMB e o uso de praças financeiras *offshore* para que ativos denominados em RMB ganhassem maior aceitação pelos investidores internacionais (SUBACCHI; OXENFORD, 2018).

Como defendido aqui, a BRI se trata de uma iniciativa diferente em relação a forma de investir e fazer comércio com o mundo. Logo, sair da esfera de influência do dólar é um desdobramento lógico, já que a ideia da BRI é justamente se diferenciar das práticas da CNS. Uma vez que o poder do dólar é pronunciado no SMI, a China necessita de maneiras diferenciadas de aumentar o uso do RMB. Houve, como mencionado, um incentivo do governo chinês para que a moeda fosse crescentemente utilizada fora da China, em mercados financeiros *offshore*, principalmente em Hong Kong, Cingapura e Londres (SUBACCHI; OXENFORD, 2018). Associando-se a isso, um aumento também do mercado financeiro *onshore* com uma abertura relativa e controlada pelo Estado da China, recebendo os fluxos de capitais financeiros de fora para dentro da China, porém também flexibilizando a saída desses capitais de dentro para fora (PRASAD, 2016).

Tal estratégia de internacionalização monetária não faz parte da ortodoxia econômica, que prevê como única forma de aumento do uso internacional de uma moeda a abertura da conta de capitais e liberalização dos fluxos financeiros, dando assim maior protagonismo dos mercados financeiros na precificação de câmbio e juros do país (PRASAD, 2016; MCDOWELL, 2017; 2019). No caso chinês, o Estado manteve o controle do processo, a quantidade e rapidez com que a abertura aconteceu, e tudo isso com a intenção de evitar a perda do controle dos preços macroeconômicos, o que poderia culminar na fragilização do modelo chinês de desenvolvimento (DIERCKX, 2015; PRASAD, 2016).

Tan (2016) explica que os swaps são uma forma de promoção da moeda que se encaixa nas limitações que o governo estabeleceu para sua abertura. Os swaps cambiais são contratos acordados entre dois países, com uma moeda como base, no caso o RMB, que busca prover estabilidade cambial para os países. Há um acordo prévio das taxas de câmbio praticadas pelo período em que vigorará o contrato de swap, ao final sendo pago o montante do contrato (valor do principal), e o diferencial de câmbio (equivalente ao juro combinado). A prática de swaps feitos pela China não é uma novidade. Ela esteve envolvida, e com relevante papel no *Chiang Mai Initiative*, que foi uma iniciativa de cooperação monetária entre os países asiáticos, em que foram realizados acordos bilaterais de swaps (feitos em Iene e dólares) de 2001 a 2007 no âmbito dos países da ASEAN¹⁹. Dos 90 bilhões de dólares acordados em swaps entre os países, a China realizou 9 contratos, totalizando 19,5 bilhões de dólares, o que representou aproximadamente 20% do total do valor de swaps: isso significa uma *expertise* em cooperação monetária adquirida pelos chineses (TAN, 2016).

A partir de 2008, o swap foi incorporado na estratégia chinesa de resposta à crise e à desaceleração da economia mundial. Os swaps tem como característica ser estável e previsível, uma vez que os acordos são feitos entre Bancos Centrais, além de a marcação dos juros dos swaps ser feita

¹⁹ Mais especificamente, o ASEAN 10+3.

de maneira previamente combinada entre as partes (MEHRLING, 2015), algo que também atribui um caráter flexível à previsibilidade para o papel em termos de mercado de câmbio, que normalmente são voláteis e carregados de riscos. Todavia, isso faz com que sejam rígidos na sua funcionalidade, já que são mecanismos de promoção indireta da moeda, e por isso são complementares para os agentes privados. Portanto, há benefícios em termos dos objetivos chineses de controle e segurança, mas seu alcance acaba diminuído por ser uma ferramenta menos importante no dia a dia dos mercados de câmbio.

Outro ponto dessa discussão se refere ao lado da oferta monetária. Os swaps, apesar de rígidos, podem suprir de moeda o sistema monetário, todavia a demanda possui outros incentivos, como por exemplo, o giro diário de câmbio. Além disso, há questões complexas a serem discutidas. Para que o lado da oferta e da demanda sejam ativados, necessita-se que a moeda seja facilmente vendida e comprada: que tenha alta liquidez²⁰(CHEY, 2006). No caso do RMB isso possui maior importância, uma vez que a moeda foi recentemente passou por um processo restrito de internacionalização (2008 até hoje) e os custos transacionais para os Estados e agentes de mercado em reter o RMB são altos, dada sua baixa liquidez.

Em suma, o argumento defende que a China não poderia apenas contar com comércio e investimento na etapa inicial da internacionalização, a inclinação para reter a moeda chinesa seria baixa, e a solução seria um adensamento de práticas de cooperação bilaterais de uso da moeda chinesa atreladas ao comércio e investimentos, gerando ligações mais sólidas entre a moeda do lado da oferta e da demanda, resultando em um maior uso do RMB (CHEY, 2016).

Portanto, entende-se que os elementos da CSS ligados a BRI teriam um papel importante na internacionalização do RMB, aprofundando formas de cooperação com efeitos na internacionalização da moeda chinesa, entretanto é clara que sua importância é complementar a outras iniciativas chinesas de abertura econômica²¹. A BRI conecta-se à CSS pela função histórica da China em *Bandung* junto aos não alinhados, assim como pela característica da sua negociação internacional, que promove valores da CSS. Os swaps, portanto, seriam uma das ferramentas de internacionalização monetária, que poderiam convergir com valores da CSS, dentro da iniciativa BRI dando uma outra conotação as relações monetárias *vis a vis* as relações hierárquicas protagonizadas pelos EUA.

3.2 A Relação entre CSS e os acordos de *swaps cambiais*

²⁰ Liquidez é um conceito utilizado para descrever um ativo que, em função das suas características, é facilmente negociado. Quanto mais líquido, melhor o ativo, e o contrário também é verdadeiro, quanto menos líquido pior ele é.

²¹ A abertura econômica não necessariamente precisa ser irrestrita, ou feita aos moldes ocidentais. Ela precisa acontecer, mas a maneira como isso ocorrerá pode ser a moda chinesa.

O ponto central do presente trabalho é, através da discussão da moeda no contexto da atuação da China via seu projeto de investimentos e parcerias comerciais internacionais, a BRI, identificar elementos da CSS presentes na escolha da China em internacionalizar a sua moeda via acordos de swaps. Consequentemente, o pressuposto colocado é que há uma aproximação dos países de baixa e média renda com a China em função do ideário atrelado à CSS. Os principais bastiões dessa forma de cooperação chinesa foram descritos na seção anterior.

O Estudo de Caso utilizado nesse artigo segue a modalidade categorizada por Levy (2008), em que o guia para a pesquisa é a busca pelo refinamento de hipóteses sobre um determinado problemas ou evento. No caso em tela, as restrições documentais sobre os acordos de swaps são grandes, fazendo com que fosse necessária a pesquisa documental e de entrevistas dos atores envolvidos, uma vez que a decisão para a internacionalização nos moldes aqui colocados é política. Seria uma pesquisa de maior escala e escopo, com melhores e mais assertivos resultados, todavia com maiores custos envolvidos. Um primeiro passo antes de uma pesquisa mais aprofundada, é a aqui feita, trilhando o caminho da identificação da existência de elementos relativos à CSS, especificamente, observando o tipo dos países envolvidos nos acordos de swap e sua relação comercial com a China. Fazendo um cercamento do perfil dos países, é possível mostrar que nesses acordos há, além de interesses financeiros, valores fundamentais da CSS que refletem a própria constituição social chinesa.

Esse tipo de estudo pode, em um futuro, ser alicerce para o desenvolvimento teórico das relações monetárias fora da zona de influência do dólar, por hora, vamos nos ater à empiria encontrada e as características da CSS.

Na Tabela 1. Encontram-se os dados referentes aos acordos de swaps cambiais mapeáveis, pode-se identificar a importância de a China ser capaz de realizar uma expansão econômica respeitando os princípios da CSS como a soberania, não-agressão, benefícios mútuos e não interferência. Essa abordagem chinesa atrai diversos países diversos países para fazer comércio e contratos de swap. É possível identificar essa correlação na empiria, que houve aumento de contratos celebrados no contexto da BRI, em 2013, em comparação ao período anterior: houve um sensível aumento dos contratos de swap (TAIGONG e HAIBING, 2018). Até o momento, são 68 países dentro da BRI, e dentre eles 35 possuem acordos de swap com o PBOC.

Tabela 1. Acordos de *swaps* bilateral realizados pelo PBoC, 2008 – 2018.

País	Data	Acordos de swap em bilhões de Yuan
Coréia do Sul	dez/08	180
Hong Kong, China	jan/09	200
Malásia	fev/09	80

Bielorrússia	mar/09	20
Indonésia	mar/09	100
Argentina	mar/09	70
Islândia	jun/10	3,5
Cingapura	jul/10	150
Nova Zelândia	abr/11	25
Uzbequistão	abr/11	0,7
Mongólia	jun/11	5
Cazaquistão	jun/11	7
Emirados Árabes	jan/12	35
Turquia	jan/12	10
Austrália	mar/12	200
Ucrânia	jun/12	15
Brasil	mar/13	30
Grã-Bretanha	jun/12	200
União Européia*	out/12	350
Suíça	jul/14	150
Sri Lanka	set/14	10
Rússia	out/14	150
Catar	nov/14	35
Canadá	nov/14	200
Austrália	mar/15	200
Suriname	mar/15	1
Armênia	mar/15	1
África do Sul	abr/15	30
Malásia	abr/15	180
Bielorrússia	mai/15	70
Ucrânia	mai/15	15
Chile	mai/15	22
Tajiquistão	set/15	3
Turquia	set/15	12
Grã-Bretanha	out/15	350
Emirados Árabes	dez/15	35
Cingapura	mar/16	300
Marrocos	mai/16	10
Sérvia	jun/16	1,5
Hungria	set/16	10
União Européia*	set/16	350
Egito	dez/16	18
Islândia	dez/16	3,5
Nova Zelândia	mai/17	25
Mongólia	jun/17	15
Argentina	jun/17	70
Suíça	jul/17	150
Coréia do Sul	out/17	360
Catar	nov/17	35
Canadá	nov/17	200
Hong Kong, China	dez/17	400
Rússia	dez/17	150
Tailândia	dez/17	70
Austrália	mar/18	200
Albânia	abr/18	2
África do Sul	abr/18	30
Nigéria	abr/18	15
Bielorrússia	mai/18	7
Paquistão	mai/18	20
Chile	mai/18	22
Cazaquistão	mai/18	7

Fonte: Elaborado pelo autor com dados extraídos de PBOC

(2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2017 e 2018) ^{22 23}

O total de acordos de swaps divulgados até o momento é, em yuan, 5,616 trilhões. Isso corresponde ao equivalente a 818 bilhões de dólares americanos.

A partir disso, é preciso discutir o perfil dos países que Garcia-Herrero e Xia (2014) analisam para celebração de acordos de swaps, identificando que são guiadas pelos seguintes elementos; i) proximidade geográfica aumenta a chance para celebração de acordos, ii) nível de comércio, iii) abertura econômica (financeira) do país não é relevante, iv) assim como países considerados “maus pagadores”, sem *accountability* são escolhidos pela China, a princípio, sem discriminação a “bons pagadores”. Tais pontos mostram que, dentro da perspectiva de uso internacional RMB, ainda há um forte componente regional, pois, os acordos bilaterais tendem a ter um efeito positivo para a realização quando os países são mais próximos e proporcional ao nível de comércio. Não à toa, a Quadro 2. Mostra vultuosos acordos de swap para Hong Kong (China), Coréia do Sul, Rússia, Malásia, Austrália e Nova Zelândia²⁴

Por outro lado, a escolha de parceiros para contratos de swaps possui outros elementos que podem ser mais bem observados no quadro a seguir;

Quadro 3. Os elementos da CSS presentes nos acordos de swap;

Elementos da CSS nos acordos de swap
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Economias "fechadas" são alvos de contratos de swaps ▪ Histórico de "maus pagadores" tendem a fechar acordos de swaps ▪ Economias com uma política econômica não ortodoxa tendem a fechar acordos de swaps ▪ Aumento das relações comerciais sem obrigatoriedade de investimentos dos países para a China

Elaborado pelo autor. Fonte: Garcia-Herrero e Xia (2014) e Zhang et al. (2017).

Tais elementos mostram que, i) há um respeito à soberania e, inclusive, uma preferência por países com histórico de autonomia, não interferindo na soberania ou discriminando países com histórico de corrupção, fragilizados econômica ou politicamente. Esse fato compreende valores como soberania e não-interferência, ii) os acordos de swap promoveram melhora das relações comerciais em

²² Os países em negrito fazem parte dos acordos relacionados a iniciativa BRI.

²³ A União Europeia não faz parte da BRI na integralidade.

²⁴ Austrália e Nova Zelândia, por fazerem parte da Oceania fazem parte da região geograficamente próxima a China.

67% para os países da BRI (ZHANG ET AL, 2017), iii) os países envolvidos em acordos de swap possuem margem para fazer políticas econômicas voltadas para o desenvolvimento. Logo esses itens se relacionam com os ganhos mútuos

Portanto, os contratos de swap realizados com os países vinculados a BRI, até então, possuem efeitos positivos, e a partir da literatura disponível é possível identificar que há efeitos positivos em relação ao fortalecimento das relações comerciais com esses países. As motivações também podem ser relacionadas a elementos da CSS, o que torna a ferramenta de swaps uma ferramenta importante para o uso internacional do RMB no contexto da expansão capitalista chinesa via BRI.

4. Discussão temática e considerações finais

O estudo do campo da moeda, mais precisamente pela perspectiva da EPI leva em conta elementos para o uso internacional de uma moeda que vão além de premissas clássicas. Com isso, não se nega que existam e são importantes as funções básicas da moeda – como unidade de conta, meio de troca e reserva de valor –. Para além disso, a moeda é aqui entendida como uma ferramenta para o país facilitar sua inserção internacional.

Dentro da perspectiva que permeia a iniciativa BRI, entende-se que os swaps possuem um papel importante na expansão material e ideacional da China e de seus valores. A CSS engloba os valores que a China utiliza para fazer negócios ao redor do mundo. Não há, porém, separação entre os dois. Nem apenas se faz a internacionalização por motivos políticos, tampouco é uma mera tecnicidade, uma ferramenta de apoio ao crescente comércio da China com o mundo. Os investimentos internacionais levam um pouco do que a China tem como elementos sociais importantes, fomentado valores como cooperação e confiança, acima de valores guiados pela impessoalidade e formalidade do capitalismo ocidental.

A CSS é, no plano internacional, o estabelecimento de um chão comum entre a China e países do sul global, em que os termos do diálogo estabelecido entre esses Estados se assentam, entre outras coisas, em equidade, horizontalidade e ganhos mútuos. A BRI, portanto, carrega tais valores em um formato distinto do que se apresenta nas instituições multilaterais derivadas de Bretton Woods: ao contrário, as relações diretas, bilaterais é a forma de operação dos acordos comerciais, financeiro, monetários e de ajuda externa celebrados pela China.

A questão monetária, que se situa em um local importante desse projeto de expansão, ganha novos ares enquanto um projeto de internacionalização. Dentre as diversas iniciativas de internacionalização – seja aumento de investimento externo, abertura financeira controlada da conta de capital e dos mercados financeiros – os acordos swap tem sua importância quando associados a

essas iniciativas, e no contexto do comércio e investimentos internacionais. Dentro da perspectiva da BRI, os swaps cambiais são uma ferramenta importante para cumprir tanto os objetivos de internacionalização monetária quanto o objetivo maior de desenvolvimento comercial e econômico dos envolvidos. A via de celebração de swaps, por princípio é acordada, com estabelecimento de prazos e remunerações via juros com antecedência. Logo, percebe-se que a BRI possui características da CSS, e o “espírito” da CSS está incutido na forma de celebração dos acordos monetários de swap, uma vez que se preza pela soberania. A não interferência e as motivações identificadas para se firmar os swaps se conectam a valores chineses e da CSS, assim como os impactos dos swaps são observados no aumento das relações comerciais dos países da BRI com a China: se há respeito a soberania e melhoramento do perfil comercial dos envolvidos, há indícios de ganhos mútuos, e eles são elemento central da CSS.

Logo, é possível sim identificar elementos da CSS nas nos acordos de swap promovidos pelo PBOC.

Em relação a metodologia é possível levantar uma questão acerca dos objetivos do trabalho e sua relevância. Embora, a maneira de condução da pesquisa encontre a limitação documental, através da revisão teórica sobre a expansão chinesa global, somada a identificação dos elementos principais da CSS, conseguiu-se colocar em voga debate acerca dos swaps e sua importância dentro da iniciativa BRI. Dado esse fato, entende-se que a contribuição mais pertinente do presente trabalho é trazer a luz um tema pouco explorado nas Relações Internacionais e na Economia Política Internacional no Brasil, bem como apontar a existência dos nexos que vão desde a atuação chinesa e os valores que ela carrega, até o uso internacional da sua moeda. Como apontado, a China teve um comportamento responsivo à crise de 2008, e à política monetária expansionista estadunidense, a QE. A hierarquia internacional liderada pelo dólar continuou existindo, e em certa medida saiu fortalecida (MCDOWELL, 2012), porém também nesse sentido a China atuou promovendo sua moeda e sua sólida base econômica para outros países: e como se mostrou aqui, os swaps foram uma maneira de fazer isso, conservando valores caros a China e dentro da lógica da CSS.

Levy (2008) aponta que, em certos tipos de estudo de caso em que não há vasta literatura e documentação, é possível elaborar estudos que apontem as relações entre o fenômeno observado e possíveis explicações plausíveis, bem como os elementos constituintes dessa explicação. O procedimento utilizado foi esse, já que mostramos como a CSS tem elementos específicos, diferentes das formas de cooperação internacional do tipo CNS. A BRI é usada pela China estrategicamente como ferramenta político-econômica para a sua expansão internacional. Percebermos que os elementos constitutivos da CSS se manifestam nos efeitos e motivações para a escolha de parceiros que a China faz para esse tipo de acordo monetário. Em outras palavras, os acordos de swap carregam os valores

chineses no contexto da BRI. Mesmo sem ser possível destrinchar os acordos de swap em profundidade, bem como estruturar estudos de caso que identifiquem os mecanismos causais entre a celebração dos acordos e as condições contratuais, foi possível, através da empiria discutida e do perfil dos países e dos resultados positivos identificados na literatura, dizer que há um caminho de pesquisa relevante ao se falar de relações monetárias dentro da BRI. Essas relações monetárias carregam valores socioculturais incutidos, como é o caso dos valores de cooperação, soberania e equidade que a China prega e pode ser igualmente identificados na CSS.

De outra forma, Mcdowell (2019) ao estudar os swaps sob outra perspectiva, identifica que em objetivos relacionados a diminuição da dependência do dólar, os swaps no geral não foram bem-sucedidos. Isso se dá em função da necessidade de a China elaborar uma estratégia de internacionalização do RMB mais clara. Entretanto, o autor também corrobora os efeitos positivos encontrados na literatura dos contratos de swap em relação ao aumento da conexão econômica da China com os países com os quais ela celebra acordos de swap. Consequentemente, a China pode se valer dos acordos de swap para aumentar sua influência econômica. Os swaps são, como visto aqui nesse trabalho, uma ferramenta importante para China no seu projeto de expansão global relacionado a BRI, e isso pode se coadunar a uma mais incisiva busca pela internacionalização do RMB.

Todavia, faz-se necessário um esforço de estudos futuros para compreender profunda e detalhadamente como são formulados os contratos de swaps. Isso irá enriquecer a compreensão do papel desses swaps para a BRI e para internacionalização do RMB.

5. Referências

ALLISON, Graham. **DESTINED FOR WAR: can america and china escape thucydides's trap?**. New York: Houghton Mifflin Harcourt, 2017. 379 p.

BABB, Sarah. The Social Consequences of Structural Adjustment: Recent Evidence and Current Debates. **Annual Review Of Sociology**, v. 31, n. 1, p.199-222, ago. 2005.

BENNETT, Andrew. "Case study methods: design, use, and comparative advantages". In: SPRINZ, Detlef; WOLINSKY-NAHMIAS, Yael (eds.). **Models, numbers, and cases: methods for studying international relations**. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2004.

BRAGA, José Carlos de Souza; CINTRA, Marco Antônio Macedo. FINANÇAS DOLARIZADAS E CAPITAL FINANCEIRO: exasperação sob o comando americano, in Fiori, J.L, **Poder Americano**. Petrópolis, Vozes, 2004.

BRAGA, José Carlos de Souza; CINTRA, Marco Antônio Macedo. FINANÇAS DOLARIZADAS E CAPITAL FINANCEIRO: exasperação sob o comando americano, in Fiori, J.L, **Poder Americano**. Petrópolis, Vozes, 2004.

BROHMAN, John. Universalism, Eurocentrism, and ideological bias in development studies: from modernisation to neoliberalism. **Third World Quarterly**, vol.16, n.1, 1995.

CHESNAIS. F. **A Finança Mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005.

CINTRA, Marcos A. M.; PINTO, Eduardo Costa. China em transformação: transição e estratégias de desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, [s.l.], v. 37, n. 2, p.381-400, jun. 2017.

COHEN, Benjamin J. The Demise of the Dollar?, **Revue de la régulation**, v. 18 n.2, 2015.,

COHEN, Benjamin J. The Macrofoundations of Monetary Power. in Andrews, D. M. Andrews, **International Monetary Power**. Ithaca, Cornell University Press, 2006. p. 31-50.

COLLIER, David. Understanding Process-tracing. **PS: Political Science and Politics**. Vol. 44, N. 4, 2011. p. 823-830.

COORDINATED DIRECT INVESTMENT SURVEY. **International Monetary Fund**. Disponível em: <http://data.imf.org/?sk=40313609-F037-48C1-84B1-E1F1CE54D6D5>. Acesso em 12 de maio de 2019.

DELGADO, Daniel Lemus. Regímenes de verdad: el Comité de Ayuda al Desarrollo y la narrativa histórica de la Cooperación Internacional para el desarrollo. IN. Rafael DOMÍNGUEZ, Rafael.; Gustavo Rodríguez ALBOR, Gustavo Rodrigues. **Historia de la Cooperación Internacional desde una perspectiva Crítica**. Barranquilla, Col. Sello Editorial. 2017. p27 -55. 196p.

DIERCKX, Sacha. China's capital controls: Between contender state and integration into the heartland. **International Politics**, v. 52, n. 6, p.724-742, 9 out. 2015. Springer Nature.

FURTADO, Celso. **Criatividade e dependência da civilização industrial**. São Paulo, Cia. das Letras, 2008. 224p

GARCIA-HERRERO, Alicia; XIA, Le. RMB Bilateral Swap Agreements: how China chooses its partners?. **Asia-Pacific Journal of Accounting & Economics**, v. 22, n. 4, p.368-383, 18 set. 2014.

GERRING, John. "What is a case study and what is it good for?" **American Political Science Review**, vol. 98, n. 2, pp. 341-354.2004.

GUTTMANN, Robert. Chronic macro-economic and financial imbalances in the world economy: a meta-economic view. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 35, n.2 (139), p. 203-226. 2015.

IKENBERRY, G. John. "THE RISE OF CHINA AND THE FUTURE OF THE WEST: Can the liberal System Survive?" *Foreign Affairs* 87, no. 1 Jan. - Fev: p.23-37. 2008.

JABBOUR, Elias. **CHINA: Socialismo e Desenvolvimento sete décadas depois**. São Paulo, Anita Garibaldi, 2ª ed, 2020. p. 284.

JABBOUR, Elias; DANTAS, Alexis; VADELL, Javier. **Da nova economia do projeto à globalização instituída pela China**. *Estudos Internacionais*, v. 9, n. 4, Belo Horizonte. 2021, p. 90-105

- KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S.. **Power and Interdependence**. 4. ed. London: Pearson, [1977] 2011. 330 p.
- KIRSHNER, Jonathan. Money is politics. **Review Of International Political Economy**, v. 10, n. 4, p. 645-660, nov. 2003. Informa UK Limited.
- LAKE, David. A. Economic Openness and Great Power Competition: Lessons for China and the United States. **The Chinese Journal Of International Politics**, [s.l.], v. 11, n. 3, p.237-270, 2018.
- LEVY, Jack S.. Case Studies: Types, Designs, and Logics of Inference. **Conflict Management And Peace Science**, v. 25, n. 1, p.1-18, fev. 2008.
- LI, Xing. China's Pursuit of the "One Belt One Road" Initiative: A New World Order with Chinese Characteristics? IN: XING, Li et al. **Mapping China's 'One Belt One Road' Initiative**. Cham: Palgrave Macmillan, p.1-27.2018a.
- LI, Xing. Understanding China's Economic Success: "Embeddedness" with Chinese Characteristics. **Asian Culture And History**, [s.l.], v. 8, n. 2, p.18-31, 11 abr. 2016.
- LI, Xing. Understanding the Multiple Facets of China's "One Belt One Road" Initiative. In: LI, Xing et al. **Mapping China's 'One Belt One Road' Initiative**. Cham: Palgrave Macmillan.p. 29-56. 2018b.
- MCDOWELL, Daniel. The (Ineffective) Financial Statecraft of China's Bilateral Swap Agreements. **Development And Change**, v. 50, n. 1, p.122-143, jan. 2019.
- MCDOWELL, Daniel. The US as 'Sovereign International Last-Resort Lender': The Fed's Currency Swap Programme during the Great Panic of 2007–09. **New Political Economy**, v. 17, n. 2, p.157-178, abr. 2012.
- MCDOWELL, Daniel; STEINBERG, David. Systemic Strengths, Domestic Deficiencies: The Renminbi's Future as a Reserve Currency, **Journal of Contemporary China**. 2017.
- MCNALLY, Christopher. A. SINO-CAPITALISM: China's reemergence and the international political economy, **World Politics** v.64, n.4, 2012. p.741-776.
- MEHRLING, Perry. Elasticity and Discipline in the Global Swap, **Barnard College and INET** ,Working Paper v.1 n.1 . 2015
- MORAES, Isabela Nogueira de. POLÍTICAS DE FOMENTO À ASCENSÃO DA CHINA NAS CADEIAS GLOBAIS DE VALOR. In: CINTRA, Marcos Antonio Macedo; SILVA FILHO, Edison Benedito da; PINTO, Eduardo Costa. **China em transformação: dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Ipea, 2015. p. 45-80.
- MORALES. Analilia H. DEL DISCURSO A LA INSTITUCIONALIZACIÓN DE LA COOPERACIÓN SUR-SUR.In: MARTÍN, Rafael Domínguez; LOBRUTTO, Giuseppe; SURASKY, Javier. LA CONSTELACIÓN DEL SUR: LECTURAS HISTÓRICO-CRÍTICAS DE

LA COOPERACIÓN SUR-SUR. Santander: Editorial de La Universidad de Cantabria, 2019. 165-207p.

NATIONAL BUREAU OF STATISTICS OF CHINA. Disponível em: <http://www.stats.gov.cn/english/Statisticaldata/AnnualData/>, Acesso em: 15 de maio de 2019.

NATIONAL DEVELOPMENT AND REFORM COMMISSION (NDRC), People's Republic of China. (2015). **Vision and actions on jointly building Silk Road economic belt and 21st-Century maritime Silk Road**. Acesso em 19 de maio de 2019. Disponível em http://en.ndrc.gov.cn/newsrelease/201503/t20150330_669367.html.

PEOPLE'S BANK OF CHINA (PBOC). **RMB Internationalization Report**. Beijing, 2018.

PEOPLE'S BANK OF CHINA (PBOC). **The People's Bank of China Annual Report**. Beijing, 2009.

PEOPLE'S BANK OF CHINA (PBOC). **The People's Bank of China Annual Report**. Beijing, 2010.

PEOPLE'S BANK OF CHINA (PBOC). **The People's Bank of China Annual Report**. Beijing, 2011.

PEOPLE'S BANK OF CHINA (PBOC). **The People's Bank of China Annual Report**. Beijing, 2013.

PEOPLE'S BANK OF CHINA (PBOC). **The People's Bank of China Annual Report**. Beijing, 2014.

PEOPLE'S BANK OF CHINA (PBOC). **The People's Bank of China Annual Report**. Beijing, 2015.

PEOPLE'S BANK OF CHINA (PBOC). **The People's Bank of China Annual Report**. Beijing, 2016.

PEOPLE'S BANK OF CHINA (PBOC). **The People's Bank of China Annual Report**. Beijing, 2017.

PEOPLE'S BANK OF CHINA (PBOC). Beijing, 2012.

POLANYI, Karl. **The Great Transformation**. Beacon Press, Boston, 1957. 139p.

PRASAD, Eswar. **Gaining Currency: The Rise of the Renminbi**. Oxford University Press, 2016.

SERRANO, Franklin. Do ouro imóvel ao dólar flexível. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 11, n. 2, p.237-253, jul. 2002.

SLAUGHTER, Anne-Marie. **A new world order**. Princeton: Princeton University Press, 2004. p

STOKES, Doug. Achilles' deal: Dollar decline and US grand strategy after the crisis. **Review Of International Political Economy**, v. 21, n. 5, p.1071-1094, 8 maio 2013

SUBACCHI, Paola; OXFORD, Matthew. The 'Belt and Road' Initiative and the London Market: the Next Steps in Renminbi Internationalization. **Chatam House: The Royal Institute of International Affairs**, Londres, p.1-31, jan. 2017.

TAIDONG, Zhou; HAIBING, Zhang. China's Belt and Road Initiative: An Opportunity to Re-energize South-South Cooperation. **China Quarterly Of International Strategic Studies**, v. 04, n. 04, p.559-576, jan. 2018.

TAN, Dong. **The Role of Currency Swaps on the Internationalization of RMB**. International Conference on Applied Social Science Research. Atlantis Press. p.20-24. 2016.

TAVARES, Maria da Conceição; BELLUZZO, Luiz Gonzaga. A Mundialização do Capital e a Expansão do Poder Americano”, in Fiori, J.L, **Poder Americano**. Petrópolis, Vozes, 2004.

TORRES FILHO, Ernani Teixeira. A Moeda em Minsky e o Atual Sistema Monetário Globalizado Americano. **Texto Para Discussão**: Instituto de Economia UFRJ, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p.1-30, jun. 2019.

TORRES FILHO, Ernani Teixeira; POSE, Mirko. A INTERNACIONALIZAÇÃO DA MOEDA CHINESA: disputa hegemônica ou estratégia defensiva?. : DISPUTA HEGEMÔNICA OU ESTRATÉGIA DEFENSIVA?. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 22, n. 1, p. 1-23, 11 jun. 2018.

UNITED NATIONS CONFERENCE FOR TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD).

UnctadSTAT. Disponível em <

https://unctadstat.unctad.org/wds/ReportFolders/reportFolders.aspx?sCS_ChosenLang=en> Acesso em < 04 de jan. de 2020>.

VEBLEN, Thorstein.B. **THE THEORY OF THE LEISURE CLASS**: An Economic Study in the Evolution of Institutions. Macmillan, New York. 1899.

WANG, Yanting; ZHAO, Lin. Outward Foreign Direct Investment from China: Recent Trend and Development. **The Chinese Economy**, v. 50, n. 5, p.356-365, 3 set. 2017.

WANG, You; CHEN, Dingding. Rising Sino-U.S. Competition in Artificial Intelligence. **China Quarterly Of International Strategic Studies**, v. 04, n. 02, p.241-258, jan. 2018

XUETONG, Yan. Chinese Values vs. Liberalism: What Ideology Will Shape the International Normative Order?. **The Chinese Journal Of International Politics**, v. 11, n. 1, p.1-22, 2018.

ZHANG, Fan et al. The Effect of RMB Internationalization on Belt and Road Initiative: Evidence from Bilateral Swap Agreements. **Emerging Markets Finance and Trade**, v. 53, n. 12, p.2845-2857, 17 out. 2017.

VADELL, Javier; SECCHES, Daniela; BURGER, Mariana. De la globalización a la interconectividad: reconfiguración espacial en la iniciativa belt & road e implicaciones para el sur global. **Revista Transporte y Territorio**, n. 21, p. 44-68, 1 out. 2019.